

A ABRIR

Corrupção e
censura prévia

por **Inês Cardoso**
Diretora-adjunta

Nas últimas semanas intensificaram-se ações de buscas e processos por corrupção e tem vindo a agigantar-se a perceção de que somos um país minado por práticas abusivas, agora com as autarquias a ganhar peso. O aumento do número de inquéritos pode ser visto noutra perspetiva: a de que ganhámos capacidade de investigação e de combate a estes crimes. Investigar, punir e criar condições para o rigor na vida pública é essencial para pôr fim ao que parece ser uma doença endémica. Para isso é essencial celeridade nos processos. Porque esse é um direito dos que se veem envolvidos e incriminados, mas também porque estão em causa interesses públicos que fazem com que o resultado destes inquéritos diga respeito a toda a comunidade. Convém nunca esquecer que há diferenças sucessivas entre fazer buscas, acusar e condenar, portanto é crucial perceber o que fica no final dos processos, quando de facto transitam em julgado.

Como cidadãos cabe-nos ser exigentes com os titulares de cargos públicos, mas devemos aplicar da mesma exigência aos nossos próprios juízos e critérios. Temos de ser intransigentes com a corrupção e o tráfico de influências, mas os juízos fazem-se na justa medida dos factos apurados.

Sem essa clarificação, e com espetáculos mediáticos em torno de operações com nomes pomposos, há o risco de condenação prévia e de nivelção de casos distintos. Da criação de uma falsa sensação de que todos os políticos são corruptos e iguais. Não são e a desqualificação da função e dos atores políticos empobrecem-nos a todos.

O tempo da justiça não é o tempo dos média e percebe-se que nem sempre as respostas surjam ao ritmo pretendido pela informação e pela opinião pública. Mas também não é o tempo dos arguidos. Como não é o tempo das empresas e da economia. Muito menos o tempo dos cidadãos e do interesse público. E essa é a maior tragédia da morosidade do sistema.